

1

Fredie Didier Jr.

Curso de **Direito**
PROCESSUAL
CIVIL

**Introdução ao Direito Processual Civil,
Parte Geral e Processo de Conhecimento**

23^a revista
Edição atualizada
ampliada

2021

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.cc:n.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 - Pituba - Salvador/BA. CEP: 41830-530

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ideia Impressa (ideiaimpressadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

Didier Jr., Fredie

D556 Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento / Fredie Didier Jr. – 23. ed. - Salvador: Ed. Jus Podivm, 2021.

v.1.

976 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5680-405-7.

1. Direito processual – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Jurisdição. 4. Competência (Autoridade legal). 5. Conciliação (Processo civil). 6. Preclusão (Direito processual). 7. Litisconsórcio. 8. Extinção do processo. 9. Suspensão do processo. I. Título.

CDD: 347.81053

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1188090

Sumário

Nota do autor à 23ª edição	27
Nota do autor à 17ª edição.....	31
Prefácio.....	35
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	39
1. Introdução.....	39
2. Conceito de processo. A complexidade como característica constitutiva do processo....	40
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil...	45
4. Direito processual Civil, Sistema da Justiça civil ou do que que ocupa um processualista civil.....	49
5. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo.....	56
6. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	59
7. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo	62
8. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	66
8.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	66
8.2. Princípios processuais.....	68
8.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais.....	71
8.4. Processo e direitos fundamentais.....	75
9. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> nem <i>common law</i>	77
10. O CPC e os microsistemas processuais civis	80
10.1. Nota introdutória.....	80
10.2. Microsistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microsistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	81
10.3. Microsistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015.....	84
Capítulo 2 ► Norma Jurídica Processual	87
1. Conceito de norma jurídica processual	87
2. fontes da norma jurídica processual.....	87

3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual	94
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	97
Capítulo 3 ► Normas fundamentais do Processo Civil.....	101
1. Direito Processual Fundamental	101
2. Princípios.....	104
2.1. Princípio do devido processo legal.....	104
2.1.1. Considerações gerais	104
2.1.2. Conteúdo	105
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	109
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas.....	113
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	116
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	120
2.4. Princípio do contraditório.....	122
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa.....	122
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	129
2.5. Princípio da ampla defesa.....	131
2.6. Princípio da publicidade.....	131
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	139
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	142
2.9. Princípio da eficiência.....	144
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	150
2.10.1. Generalidades	150
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	153
2.10.3. Destinatário da norma.....	156
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual	156
2.11. Princípio da efetividade	160
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo.....	161
2.12.1. Generalidades	161
2.12.2. Critérios de adequação.....	162
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo.....	164
2.12.4. Adequação negocial do processo	167
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro.....	167
2.13.1. Nota introdutória	167
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial.....	167
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação ...	172
2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	179

2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade.....	180
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	184
2.16. Princípio da proteção da confiança.....	186
2.16.1. Proteção da confiança e segurança jurídica	186
2.16.2. Pressupostos para a proteção da confiança	187
2.16.3. Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil.....	190
3. Regras.....	194
3.1. Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	194
3.1.1. Instauração do processo por iniciativa da parte.....	195
3.1.2. Desenvolvimento do processo por impulso oficial	195
3.2. Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	196
3.2.1. Generalidades	196
3.2.2. Regras que excetua o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão.....	197
3.2.3. Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão	200
3.2.4. Consequências do descumprimento da regra.....	201
3.2.5. Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	201
3.2.6. Direito transitório.....	202
4. Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código	202
Capítulo 4 ► Jurisdição	205
1. Conceito e características da jurisdição.....	205
1.1. Conceito.....	205
1.2. Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição	206
1.2.1. Generalidades	206
1.2.2. A imparcialidade na arbitragem	208
1.3. A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	211
1.4. A jurisdição como atividade criativa	212
1.5. Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo	217
1.6. A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta	217
1.7. Insuscetibilidade de controle externo	219
1.8. Aptidão para a coisa julgada	219
2. Justiça multiportas	220
2.1. Equivalentes jurisdicionais e justiça multiportas	220
2.2. Autotutela.....	222
2.3. Autocomposição.....	223

2.4. Julgamento de conflitos por tribunal administrativo (solução estatal não jurisdiccional de conflitos).....	224
3. Arbitragem	227
4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição	233
5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	235
6. Princípios da jurisdição.....	236
6.1. Inafastabilidade	236
6.2. Juiz natural	241
7. A jurisdição voluntária.....	245
7.1. Generalidades	245
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	250
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	251
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdiccional	252
Capítulo 5 ► Competência	259
1. Conceito e considerações gerais	260
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	261
3. Normas fundamentais sobre competência	261
3.1 Princípio do juiz natural	261
3.2 Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	261
3.3. Princípio da competência adequada	262
3.4. Regra da <i>Kompetenzkompetenz</i>	266
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	266
4. Competência por distribuição	268
5. Classificação da competência	269
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	269
5.2. Competência originária e derivada	269
5.3. Competência relativa e competência absoluta.....	270
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	270
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta.....	272
6. Foros concorrentes, <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> e princípio da competência adequada	273
7. Competência constitucional.....	276
8. Competência internacional.....	278
8.1. Considerações gerais	278
8.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	280
8.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	281
8.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	281

9. Métodos para identificar o juízo competente	282
10. Critérios determinativos de distribuição da competência	282
10.1. Consideração introdutória	282
10.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	283
10.3. Territorial.....	285
10.4. Funcional.....	285
10.4.1. Generalidades	285
10.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	286
11. Principais regras de competência territorial.....	288
12. Foros distritais e subseções judiciárias.....	295
13. Modificações da competência.....	295
13.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência	295
13.2. Não alegação da incompetência relativa.....	297
13.3. Foro de eleição	297
13.3.1. Generalidades	297
13.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	299
13.3.3. Foro de eleição internacional.....	300
13.4. Conexão e continência.....	300
13.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade	300
13.4.2. Forma de alegação.....	304
13.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	305
13.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	306
13.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	307
13.5. Prevenção.....	308
14. Recorribilidade da decisão sobre competência.....	309
15. Conflito de competência.....	310
15.1. Conceito.....	310
15.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência.....	311
15.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	312
15.4. Competência	312
15.5. Procedimento.....	314
16. Competência da Justiça Federal	315
16.1. Características	315

16.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa	315
16.2.1. O art. 109, I, CF/1988	315
16.2.1.1. As causas	315
16.2.1.2. As pessoas	317
16.2.1.3. As exceções	321
16.2.2. O art. 109, II, CF/1988	324
16.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988	324
16.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	326
16.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria	327
16.4.1. O art. 109, III, CF/1988	327
16.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos	328
16.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	332
16.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização	333
16.5. Competência territorial da Justiça Federal	334
16.5.1. Considerações gerais	334
16.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal	336
16.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	338
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	343
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	343
2. Breve histórico	345
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais	347
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	348
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação	349
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos	350
7. Tipos de cooperação	351
7.1. Cooperação por solicitação	351
7.2. Cooperação por delegação	351
7.3. Cooperação por concertação	352
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	353
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	353
10. Cooperação por delegação	354
10.1. Noção e características	354

10.2. Distinções	356
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	356
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional...	356
11.2. Objeto da concertação.....	359
11.2.1. Consideração introdutória.....	359
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC.....	360
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC)	360
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	360
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	361
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC)	362
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	364
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	365
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	369
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária	369
14. As partes e a cooperação judiciária.....	371
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	372
Capítulo 7 ► Mediação e Conciliação	375
1. A política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos. O princípio do estímulo da solução do litígio por autocomposição.....	375
2. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	377
3. Mediação e conciliação: distinções e semelhanças.....	378
4. Normas que regem a mediação e a conciliação.....	380
5. O centro de solução de conflitos	383
6. As câmaras privadas de mediação e conciliação.....	384
7. As câmaras administrativas de mediação e conciliação.....	385
8. Considerações críticas	386
Capítulo 8 ► Teoria da ação: da ação e do direito de ação.....	389
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	389
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	391
3. A demanda e a relação jurídica substancial	394
4. Elementos da ação.....	395
4.1. Causa de pedir e pedido	395
4.2. Partes	396

5.	Classificação das ações.....	397
5.1.	Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	397
5.2.	Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	397
5.3.	Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	397
5.4.	Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	398
5.4.1.	Ações condenatórias: as ações de prestação	398
5.4.2.	Ações constitutivas	399
5.4.3.	Ações (meramente) declaratórias.....	400
5.4.4.	O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	404
5.4.5.	Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	406
5.5.	Ações dúplices	411
6.	Cumulação de ações.....	412
7.	Concurso de ações (concurso de direitos).....	412
8.	As condições da ação e o novo CPC	414
Capítulo 9 ► Pressupostos processuais.....		419
1.	Pressuposto processual: noções gerais.....	419
2.	Pressupostos de existência e requisitos de validade	420
3.	Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais.....	423
4.	A classificação proposta	424
5.	Pressupostos processuais subjetivos	425
5.1.	Capacidade de ser parte.....	425
5.2.	Existência de órgão investido de jurisdição.....	426
6.	Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão.....	427
7.	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	427
7.1.	Capacidade processual.....	427
7.1.1.	Generalidades	427
7.1.2.	Possíveis consequências da incapacidade processual	430
7.2.	Capacidade processual das pessoas casadas	431
7.2.1.	Consideração introdutória.....	431
7.2.2.	Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	431
7.2.2.1.	O art. 1.647 do Código Civil.....	431
7.2.2.2.	A restrição da capacidade processual.....	432
7.2.2.3.	Forma e prova do consentimento.....	434
7.2.2.4.	Aplicação à união estável documentada.....	435
7.2.2.5.	O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	436

7.2.2.6.	Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil).....	436
7.2.3.	Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC).....	438
7.3.	O curador especial	439
7.4.	Capacidade postulatória.....	445
7.4.1.	Generalidades	445
7.4.2.	Ato praticado por advogado sem procuração.....	447
7.4.3.	A procuração	449
7.5.	Competência	451
7.6.	Imparcialidade	451
8.	Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	452
9.	Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	453
10.	A legitimação para agir e o interesse processual	455
10.1.	Observação introdutória	455
10.2.	O art. 17 do CPC.....	455
10.3.	Legitimação para agir	456
10.3.1.	Noção.....	456
10.3.2.	Classificação	458
10.3.3.	Substituição processual ou legitimação extraordinária.....	461
10.3.4.	Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	464
10.3.4.1.	Generalidades.....	464
10.3.4.2.	A legitimação extraordinária negocial.....	465
10.3.5.	Substituição processual e sucessão processual.....	470
10.3.6.	Substituição processual e representação processual.....	471
10.3.7.	Legitimidade ordinária como questão de mérito	471
10.4.	O interesse de agir	474
10.4.1.	Generalidades	474
10.4.2.	O interesse-utilidade	475
10.4.3.	O interesse-necessidade e as ações necessárias.....	476
10.4.4.	Interesse de agir nas ações declaratórias.....	478
10.4.5.	O denominado interesse-adequação	480
10.5.	A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte.....	481
11.	As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	485
12.	Participação processual dos animais não-humanos.....	488
Capítulo 10	► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais	491
1.	Nota explicativa.....	491
2.	Ato e procedimento.....	492

3.	Conceito de fato jurídico processual	492
4.	Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	495
5.	Negócios processuais	497
5.1.	Noções gerais, espécies e classificação	497
5.2.	Negócios processuais atípicos	501
5.2.1.	A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	501
5.2.2.	Regras gerais da negociação processual.....	504
5.2.3.	Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	504
5.2.4.	Momento de celebração	505
5.2.5.	Requisitos de validade.....	506
5.2.5.1.	Generalidades.....	506
5.2.5.2.	Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	506
5.2.5.3.	Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	510
5.2.5.4.	Forma	514
5.2.6.	Anulabilidade	514
5.2.7.	Eficácia e revogabilidade.....	514
5.2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	516
5.2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação	516
5.2.10.	Efetivação.....	517
5.2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual.....	517
5.2.12.	Interpretação	518
5.2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	519
5.2.14.	Direito intertemporal	520
6.	Ato ilícito processual.....	521
Capítulo 11 ► Invalidades processuais		523
1.	Consideração introdutória.....	523
2.	Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	524
3.	Sistema de invalidades processuais	527
3.1.	Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material.	527
3.2.	O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	528
3.3.	Os tipos de defeito processual.....	528
3.4.	Não há invalidade sem prejuízo.....	531
3.5.	Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	532
3.6.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	533

3.7. Sanabilidade dos defeitos processuais.....	534
3.8. Invalidez do procedimento (inadmissibilidade) e invalidez de cada um dos atos do procedimento.....	535
3.9. Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	537
3.10. Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	540
3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	541
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	544
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	545
Capítulo 12 ► Preclusão	547
1. Conceito	547
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	548
3. Classificação.....	550
3.1. Generalidades	550
3.2. Preclusão temporal	552
3.3. Preclusão lógica.....	552
3.4. Preclusão consumativa.....	554
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	555
4. Natureza jurídica.....	556
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	556
4.2. A preclusão como sanção.....	557
5. Preclusão, prescrição e decadência	558
6. Preclusão para o juiz	559
7. Efeitos da preclusão	560
Capítulo 13 ► Teoria da Cognição Judicial	563
1. Conceito de cognição.....	563
2. Conceito de questão	564
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	564
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	566
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	570
5.1. Consideração introdutória	570
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	570
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais.....	572
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	576
6. Espécies de cognição.....	578

Capítulo 14 ► Litisconsórcio	583
1. Conceito	583
2. Classificação	584
2.1. Ativo, passivo e misto	584
2.2. Inicial e ulterior	584
2.3. Unitário e simples	584
2.3.1. Unitário	585
2.3.2. Simples ou comum	586
2.4. Necessário e facultativo	587
2.4.1. Generalidades	587
2.4.2. Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	587
2.4.3. Litisconsórcio necessário por força de lei	590
2.4.4. Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo	591
2.4.5. Litisconsórcio necessário ativo	591
2.4.6. Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado	598
2.4.7. Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual	599
2.4.8. Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	600
3. Regime de tratamento dos litisconsortes	602
4. Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos	604
4.1. Litisconsórcio sucessivo	604
4.2. Litisconsórcio eventual	605
4.3. Litisconsórcio alternativo	606
5. Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário	607
Capítulo 15 ► Intervenção de terceiro	611
1. Introdução às intervenções de terceiro	611
1.1. Conceitos fundamentais	611
1.1.1. Conceito de parte	611
1.1.2. Conceito de terceiro	612
1.1.3. Conceito de intervenção de terceiro	612
1.1.4. Processo incidente e incidente do processo	613
1.2. Fundamentos para as intervenções de terceiro	613
1.3. Efeitos no processo	614
1.4. Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro	615
1.5. Cabimento	617

1.5.1. Regra geral.....	617
1.5.2. Juizados Especiais Cíveis	617
2. Assistência	617
2.1. Considerações gerais	617
2.2. Procedimento.....	618
2.3. Assistência simples.....	619
2.3.1. Considerações gerais	619
2.3.2. Poderes do assistente simples	621
2.3.2.1. Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	621
2.3.2.2. Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido	623
2.3.3. Eficácia preclusiva da intervenção	625
2.4. Assistência litisconsorcial	626
2.5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	628
3. Denúnciação da lide	630
3.1. Generalidades	630
3.2. Facultatividade da denúnciação da lide	634
3.3. Posição processual do denunciado	635
3.4. A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	637
3.5. A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	638
3.5.1. Considerações gerais	638
3.5.2. A concepção restritiva	638
3.5.3. A concepção ampliativa	641
3.5.4. A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	644
3.5.5. Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	645
3.6. Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC) ...	646
3.7. Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC) ...	647
4. Chamamento ao processo	648
5. Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	651
6. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	655
6.1. Generalidades	655
6.2. A desconsideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	655
6.3. A desconsideração da personalidade jurídica: a construção doutrinária brasileira	658
6.4. Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	661
7. Intervenção de <i>amicus curiae</i>	664
8. Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	670

9. A intervenção <i>iussu iudicis</i>	670
10. Intervenções especiais dos entes públicos	674
11. Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	677
12. Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	680
Capítulo 16 ► Alienação da Coisa ou do Direito Litigioso	687
Capítulo 17 ► Formação do Processo e Petição Inicial.....	693
1. Formação do processo.....	693
2. Petição inicial e demanda.....	694
3. Requisitos da petição inicial	694
3.1. Forma.....	694
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória.....	695
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda.....	695
3.4. Qualificação das partes.....	695
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido	698
3.6. Argumentação jurídica.....	701
3.7. O pedido.....	702
3.8. Atribuição de valor à causa	702
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	703
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação.....	703
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	704
3.12. A opção pelo “Juízo 100% digital” – a Resolução n. 345/2020 do Conselho Nacional de Justiça.....	705
4. Emenda da petição inicial.....	705
5. Indeferimento da petição inicial	707
5.1. Considerações gerais	707
5.2. Hipóteses de indeferimento	711
5.2.1. Inépcia	711
5.2.2. Ilegitimidade da parte	714
5.2.3. Falta de interesse processual.....	714
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	714
6. Pedido	714
6.1. Conceito e divisão	714
6.2. Requisitos.....	716
6.3. Cumulação de pedidos	717
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	717
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa.....	718

6.3.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	722
6.3.4.	Requisitos para a cumulação.....	723
6.3.4.1.	Compatibilidade dos pedidos	723
6.3.4.2.	Competência.....	724
6.3.4.3.	Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum	725
6.4.	Ampliação da demanda.....	728
6.5.	Redução da demanda.....	729
6.6.	Alteração objetiva da demanda	729
6.7.	Espécies de pedido	731
6.7.1.	Pedido genérico	731
6.7.2.	Pedido alternativo	734
6.7.3.	Pedido relativo a obrigação indivisível.....	736
6.8.	Interpretação do pedido e pedido implícito	738
6.8.1.	Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatórios	738
6.8.2.	Pedido implícito	743
Capítulo 18	► Improcedência liminar do pedido.....	745
1.	Conceito e regime jurídico	745
2.	Hipóteses expressas de improcedência liminar do pedido	748
2.1.	Pedido contrário a precedente obrigatório	748
2.2.	Reconhecimento de prescrição ou decadência	750
3.	Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido	758
Capítulo 19	► Citação.....	761
1.	Generalidades	761
2.	A citação como “pressuposto processual”	761
3.	Comparecimento espontâneo do citando	762
4.	Pessoalidade da citação.....	763
5.	Local da citação.....	764
6.	Impedimento legal para a citação	765
7.	Efeitos da citação.....	765
8.	A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	768
9.	Modalidades	769
9.1.	Citação pelo correio.....	769
9.2.	Citação por oficial de justiça.....	771
9.3.	Citação por mandado com hora certa	772
9.4.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	773

9.5. Citação por edital.....	774
9.6. Citação por meio eletrônico	775
Capítulo 20 ► Audiência Preliminar de Conciliação ou Mediação.....	779
Capítulo 21 ► Teoria da exceção, resposta do réu e revelia	785
1. Teoria da exceção.....	786
1.1. Acepções do termo “exceção”	786
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual	786
1.3. Da exceção como direito de defesa	789
1.4. Ação <i>versus</i> exceção	790
2. Espécies de defesa	791
2.1. Mérito e admissibilidade	791
2.2. Objeções e exceções	791
2.3. Peremptória e dilatória.....	794
2.4. Direta e indireta.....	795
2.5. Instrumental e interna	795
3. Resposta do réu	796
4. A contestação.....	796
4.1. Noção geral	796
4.2. Prazo.....	797
4.3. A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	797
4.4. Defesas de admissibilidade	799
4.4.1. Inexistência ou nulidade de citação	799
4.4.2. Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	800
4.4.3. Incorreção do valor da causa.....	801
4.4.4. Inépcia da petição inicial.....	802
4.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada.....	802
4.4.6. Conexão e continência.....	802
4.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	803
4.4.8. Alegação de convenção de arbitragem.....	803
4.4.8.1. Generalidades.....	803
4.4.8.2. Alegação de convenção de arbitragem e a Kompetenzkompetenz do juízo arbitral.....	805
4.4.8.3. Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	807
4.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro.	808
4.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar ...	810

4.4.11. Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor	810
4.5. Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	810
4.6. Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	811
4.7. Ônus da impugnação especificada.....	813
4.7.1. Noção.....	813
4.7.2. Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	814
4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras.....	816
4.8. Forma e requisitos.....	817
4.9. Pedido do réu.....	817
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação	818
4.11. Interpretação	819
5. Reconvenção	819
5.1. Noções gerais	819
5.2. Reconvenção e ampliação subjetiva do processo	820
5.3. Requisitos.....	822
5.3.1. Haja uma causa pendente.....	823
5.3.2. A observância do prazo de resposta.....	823
5.3.3. Competência	823
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos.....	823
5.3.5. Conexão	824
5.3.6. Interesse processual	824
5.3.7. Cabimento.....	825
5.3.8. Despesas processuais.....	825
5.4. Reconvenção e substituição processual.....	825
5.5. Reconvenção e pedido contraposto	826
6. A revelia.....	827
6.1. Noção.....	827
6.2. Efeitos	827
6.3. Mitigações à eficácia da revelia.....	828
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	828
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor	829
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	830
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC).	830
6.3.5. Intervenção do réu revel	830
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos.....	830

6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato	831
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	831
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	832
6.4. Revelia na reconvenção	832
Capítulo 22 ► Arguição de Impedimento ou Suspeição	833
1. Generalidades	833
2. Hipóteses de impedimento	834
3. Hipóteses de suspeição	837
4. Fontes normativas do impedimento e da suspeição	838
5. Rol exemplificativo das hipóteses de impedimento e suspeição	839
6. Suspensão do processo	841
7. Procedimento, decisão e recursos.....	841
8. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	844
9. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal	845
10. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	847
Capítulo 23 ► Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo.....	849
1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	849
2. Julgamento conforme o estado do processo	852
3. Julgamento antecipado do mérito	852
4. Rotas ou circuitos do procedimento comum	856
5. Da decisão de saneamento e organização do processo.....	857
5.1. Generalidades	857
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes	861
5.3. O acordo de organização do processo.....	862
5.4. O calendário processual	863
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	866
5.5.1. Consideração introdutória.....	866
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão.....	866
Capítulo 24 ► Extinção do Processo	873
1. Observação introdutória	873
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	874
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	875
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito.....	875

3.2.	Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)...	877
3.3.	Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	877
3.4.	Análise do art. 486 do CPC.....	878
3.5.	Indeferimento da petição inicial.....	881
3.6.	Abandono do processo pelas partes.....	882
3.7.	Abandono do processo pelo autor.....	883
3.8.	Falta de “pressupostos processuais”.....	884
3.9.	Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	885
3.10.	Ausência de interesse ou legitimidade.....	887
3.11.	Existência de convenção de arbitragem.....	889
3.12.	Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	890
3.12.1.	Generalidades.....	890
3.12.2.	Desistência parcial.....	890
3.12.3.	Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	891
3.12.4.	Momento.....	891
3.12.5.	Desistência da ação e desistência do recurso.....	892
3.12.6.	Desistência da ação e consentimento do réu.....	892
3.12.7.	Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	894
3.12.8.	Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	894
3.12.9.	Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	894
3.12.10.	Desistência em processo coletivo.....	895
3.12.11.	Desistência e despesas processuais.....	895
3.13.	Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso.....	895
3.14.	Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	896
4.	Decisões que examinam o mérito (art. 487 do CPC).....	898
4.1.	Observação introdutória.....	898
4.2.	Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	899
4.2.1.	Generalidades.....	899
4.2.2.	A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	900
4.3.	Homologação da autocomposição das partes.....	902
4.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	905
Capítulo 25 ► Suspensão do Processo.....		909
1.	Noções gerais.....	909
2.	Hipóteses de suspensão.....	911
2.1.	Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado.....	911
2.2.	Convenção das partes.....	913

2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	914
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	914
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”).....	915
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”).....	916
2.7. Força maior.....	917
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo	918
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	918
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	920
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	921
2.12. Outros casos de suspensão.....	922
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	923
Bibliografia.....	927